



Declara  o das mulheres: do V seminário “Mulheres e meninas: Direitos, igualdade, empoderamento para todas as mulheres e meninas”

Mais de 350 mulheres, da Cáritas Brasil, da diocese de Abaetetuba e da REPAM, no V Seminário Mulheres e Meninas: Direitos, Igualdade, Empoderamento para todas as mulheres e meninas, Abaetetuba, Pará, Brasil, hoje, 8 de março de 2025, no marco do Dia Internacional da Mulher, dia de comemora  o e luta por nossos direitos, estamos reunidas para fazer ouvir nossa voz e nos fortalecer umas às outras a partir da sororidade e da constru  o social coletiva. Somos mulheres indígenas de povos originários, das águas, camponesas, quilombolas, ribeirinhas, jovens, idosas, urbanas, rurais. Desde as diversidades, nos reconhecemos como atuantes políticas que transformam e lideram os processos sociais de nossas comunidades e territórios. Estamos na linha de frente da luta e defesa de nossos direitos, da natureza e dos territórios. Nos manifestamos contra as múltiplas opressões que nos afetam, em rejei  o e resistência contra a desigualdade, a investida dos extrativismos e outras formas de violência que afetam nossos direitos.

As mulheres Pan-Amazônicas são conscientes dos fundamentalismos políticos, econ  micos e sociais que não respeitam nossos direitos humanos individuais e coletivos, que nos discriminam e violentam, considerando-nos cidadãs de segunda categoria. Precisamos continuar lutando, tecendo redes a partir de nossas amplas diversidades, para transformar essa situa  o de opressão, para alcançar a vida, “o bem viver”, na igualdade que temos e exigimos que seja reconhecida.

Sabemos que nesta caminhada, nossa dignidade foi dada por Deus mesmo no momento de nossa cria  o, que somos portadoras de seu sopro de vida, e que a divina Ruah, como ser feminino, nos sustenta e fortalece. Na história da Salva  o, ocupamos um lugar fundamental; o Sim de uma jovem mulher nos trouxe e aproximou todas a Deus. Hoje, ela também    para nós modelo de serviço, solidariedade, força e luta; exemplo de comunidade e mãe de nossa Igreja. Ela nos lembra que sozinhas não podemos, que devemos nos aproximar umas das outras para nos encontrarmos; e descobrir o melhor de cada uma. A visita de Maria a Isabel nos ensina que o encontro amoroso de duas mulheres sempre gera vida e transforma a realidade a partir da cotidianidade, mas com uma a  o poderosa que chega a transformar a forma de ser em sociedade.



Hoje, queremos nos encontrar nesse espírito de sororidade e serviço, para, a partir daí, elevar nossas vozes como Igreja, como comunidade, já que não podemos calar o grito da terra e dos pobres que sobe ao céu e clama diante do Senhor. Precisamos ser mulheres de vozes proféticas.

DENUNCIAR:

1. O silenciamento histórico e sistemático de nossas resistências, lutas e propostas em defesa de nossos territórios, bens da natureza e corpos frente ao extrativismo, agroexportação e agronegócios que vulneram nossos direitos, corpos e territórios.
2. A violência estrutural que sofremos diariamente nos distintos espaços em que nos desenvolvemos, seja a nível micro ou macrossocial, afetando e impactando de maneira diferenciada, que gera este crime. Crime que nos afeta em primeira linha. A crise climática nos afeta e produz sobrecarga na economia do cuidado e coloca em risco a segurança, a soberania alimentar e a saúde de nossos povos. Não podemos deixar de reconhecer que a terra é mulher e mãe gestante de toda a vida; hoje, ela sofre dores de parto pelas ações de exploração desmedida e pela falta de políticas reais de cuidado e proteção. Lembramos aquela frase que nos toca: “A terra não é nossa, nós somos da Terra”.
3. As economias legais e ilegais que aprofundam a violência estrutural, que reduzem o pleno exercício de nossos direitos a espaços seguros e livres de violências, para silenciar, desconhecer e deslegitimar nossas vozes e lideranças em nossos territórios e organizações. Que rompem nossas formas de vida, produzindo uma ruptura do tecido social dos povos e organizações sociais que vivem no território da Pan-Amazônia, e do qual nosso país, Brasil, não é uma exceção.
4. Estamos em risco como mulheres, defensoras e lideranças. Somos vítimas de perseguição, criminalização, judicialização, assassinatos e feminicídios. Sofremos violência sistemática diante da falta de atenção e acesso à justiça por abusos e violência sexual, tráfico e exploração de meninas e jovens.



EXIGIMOS

1. Promover espaços livres de violências em nossas comunidades e territórios, que atualmente violentam nossos corpos, nossos territórios e agravam a crise climática. Que nos tornam vulneráveis e colocam em risco o exercício de nossos direitos.
2. Garantir o exercício e a exigibilidade dos direitos de mulheres defensoras: indígenas originárias, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e amazônicas; dos povos que defendem os direitos humanos e nossa mãe natureza, junto às distintas instâncias governamentais.
3. Participar dos espaços políticos e de tomada de decisões sobre todas as temáticas que nos afetam. Queremos voz, mas também queremos voto; que nossas demandas sejam realmente normatizadas e executadas.
4. Garantir o exercício integral de nossos direitos como mulheres e meninas, com ênfase na alimentação, educação, saúde sexual e saúde reprodutiva. Precisamos que o Estado reconheça e inclua nossos saberes ancestrais (professores bilíngues, médicos tradicionais, parteiras, entre outros). Que sejam criadas políticas públicas junto com as mulheres e os povos amazônicos para o pleno exercício de nossos direitos que nos permita decidir livremente.
5. O livre acesso à água de qualidade e em quantidades suficientes para a sobrevivência, como direito fundamental à vida. As bacias e reservas de água que irrigam nossos territórios estão contaminadas por mercúrio, agroquímicos e resíduos tóxicos das empresas.

PROPOMOS

1. Fortalecer as ações de resistência e luta para eliminar a violência contra nossos corpos, nossos territórios e nossas comunidades, comprometendo os companheiros neste desafio para alcançar o Bem Viver em comunidade.
2. Fortalecer nossas redes de articulação entre as organizações de mulheres dos povos indígenas, originários, camponeses, afrodescendentes, quilombolas, ribeirinhas, para gerar uma agenda comum, um plano de vida, para dar cumprimento à nossos direitos.



3. Dar visibilidade por meio de nossas redes, encontros e espaços de vida a todos aqueles casos que conhecemos e hoje ouvimos; não podemos ficar indiferentes como mulheres de fé. Somos chamadas a nos deixar comover e a nos colocar em ação, a partir do acompanhamento, visibilização e seguimento dos processos de luta.

Nosso empoderamento é uma chama que não se apagará e não descansaremos até alcançar a justiça para todas as mulheres; especialmente para aquelas mais vulneráveis diante da violência e dos despojos: meninas, idosas, mulheres com necessidades especiais e defensoras dos direitos humanos.

Nem uma a menos, nem umas mais caladas! NOSSAS CHAMAS, NOSSAS LUTAS: NÃO SE APAGAM, NEM SE CALAM!!!!